

**O espaço de uso coletivo nas áreas urbanas de gênese ilegal -
Estudo comparativo de formas de diminuir a segregação espacial em augi
portuguesas e nas favelas do Rio De Janeiro**

**Collective space in urban areas of illegal origin -
Comparative study of ways to decrease the spatial segregation in portuguese
urban areas of illegal origin and slums in Rio De Janeiro**

DOI: 10.46814/lajdv3n2-036

Recebimento dos originais: 23/12/2020

Aceitação para publicação: 26/02/2021

Sara Maria Pacheco das Neves

Mestre em Arquitectura

Instituição de atuação atual: CC, Atelier de Arquitectura, Lda

Endereço completo : Avenida da Amizade, 888, 1J Macau SAR

E-mail. sara.neves2@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, pretende-se estudar a relação dos habitantes de áreas de gênese ilegal em Lisboa com o espaço público e privado, a fim de estabelecer diretrizes para intervenções nestas áreas. A primeira parte da pesquisa prende-se com a caracterização genérica do fenómeno das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal em Lisboa (AUGIs). Posto isto, procura-se entender qual o papel da casa nas necessidades sociais e culturais, em contraponto ao papel do espaço público coletivo, e a que necessidades devem estes dois tipos de espaços dar resposta. Conhecidas as realidades do lugar, desenvolve-se o estudo de um caso de referência relativo às favelas do Rio de Janeiro por se tratar de um caso extremo de segregação espacial e que, por isso, já foi olhado de várias formas e sobre o qual já foram feitas algumas experiências com diferentes programas postos em prática. A relação do poder público com as favelas já passou por várias fases, desde projectos de demolição até ao entendimento da cidade como um sistema diversificado do qual a favela é uma parte diferente de todas as outras, com particularidades únicas, e com um enorme potencial cultural.

Palavras-chave: AUGI, casa própria, apropriação do espaço público, Favela-Bairro, Morar Carioca

ABSTRACT

This article proposes a study of the relationship between the inhabitants of urban areas of illegal origin in Lisbon and the public and private space in order to establish guidelines for interventions in these areas. The first part of the research it's the general characterization of the phenomenon of AUGIS in Lisbon. With that in mind, first we try to understand the role of the house in the social and cultural needs, and per opposite the role of public space, in order to study the needs each kind of space must address. Knowing the realities of the place, it's developed a study of a reference case: the slums of Rio de Janeiro due to the fact that it is an extreme case of spatial segregation, therefore, it has been looked and studied in many ways, and in which some experiences of different programs have already taken place. The relationship of the government with the slums has passed several stages, from complete removal to the understanding of the city as a diverse system, in which the slum is different from every other part, with unique characteristics, and with an enormous cultural potential.

Key-Words: Slums, Home, public space appropriation

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste artigo insere-se no tema de estudo do meu Projeto Final de Mestrado. A área de trabalho em questão é o Bairro do Casal Novo localizado nas freguesias de Caneças e Famões, caracterizado por ser uma Área Urbana de Génese Ilegal.

Neste bairro, a falta de identidade e de interação social são aspectos inconvenientes na vivência do e no bairro. Este nasceu de forma ilegal, não havendo, por isso, um planeamento do espaço público. Assim, hoje em dia, é visto como um “dormitório”, sem pontos de interesse nem de referência. Estes aspectos tornam-no um elemento desconectado do resto do tecido urbano, sem ligações com a cidade.

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é estudar o caso do Bairro do Casal Novo de modo a desenvolver um embasamento teórico que indique diretrizes para o projecto de Arquitectura.

Assim, começa-se por explicar sucintamente de que se trata o fenómeno das AUGI's e que implicações têm nas intervenções. Depois, explica-se a importância da relação singular que os moradores deste bairro estabelecem com a casa própria. Muito embora o objetivo do projecto de Arquitectura seja o desenho de um espaço de uso coletivo, pareceu fundamental entender o espaço que a casa ocupa nas relações sociais de vizinhança do bairro para entender qual será o papel do espaço de uso coletivo. Este estudo é complementado por uma observação do papel da rua no bairro, o espaço público existente.

No sentido de procurar soluções para os problemas destas áreas, estabeleceu-se uma comparação com a realidade brasileira. Isto deve-se ao facto de no último ano ter estudado no Rio de Janeiro e me ter apercebido que a segregação espacial é um dos grandes problemas da cidade. Dadas as dimensões destas áreas de génese ilegal nas cidades brasileiras, a partir dos anos 80, quando foi formalizado o direito à cidade na Constituição brasileira, foram adotadas várias políticas urbanas com diferentes visões sobre a cidade e programas de intervenção para reverter a situação. Muito embora a questão esteja, ainda hoje, longe de estar resolvida, foram já testadas diferentes formas de olhar e de intervir nestas áreas tão particulares da cidade, com as quais se pretende aprender neste estudo de caso.

2 AS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

As AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) assumem grande relevância no processo de expansão da Área Metropolitana de Lisboa. A urbanização acelerada dos grandes centros e a eclosão da indústria atraem um enorme grupo de pessoas do interior para estes centros, localizados maioritariamente no litoral, nos anos 50. Esta demanda populacional que chega às grandes cidades depara-se com uma falta de políticas de solo e de habitação e com a incapacidade de oferta de habitação de baixo custo por parte do sector público. (Jorge,2010, p.13) Esta falta de políticas de solo e habitação refletia-se numa passagem de responsabilidade de lidar com os bairros de lata que iam aparecendo, de

uns poderes para os outros, dando tempo para a sua consolidação. Só após a revolução do 25 de Abril de 1974 começou o seu processo de reconversão. Este processo implicou o cumprimento de normas e regulamentos jurídicos e urbanísticos que procuraram assegurar o adequado ordenamento urbanístico e a sua legalização. Hoje em dia, muitas das AUGI's embora legalizadas ou em processo de legalização, continuam com uma grande carência de infraestruturas e equipamentos públicos.

Figura 1: Bairro do Casal Novo



Fonte: Fotografia da autora

3 A CASA PRÓPRIA E AS AUGI

Nos encontros sobre construção clandestina organizados pela Direção Geral de Ordenamento do Território (DGOT) (1987) mostrou-se que, muito embora a grande parte da habitação ilegal tenha surgido pelos motivos já apresentados, existia uma percentagem da população em causa com condições para viver no centro da cidade e que optou por não o fazer por esse lugar não corresponder às suas perspectivas de forma de habitar. Parte destas pessoas estava habituada ao estilo de vida das cidades mais pequenas, vilas ou aldeias, de onde provêm que não corresponde ao estilo de vida dos grandes centros urbanos. Optam por este tipo de assentamento que lhes permite ter uma casa própria morfologicamente mais próxima da que tinham antes, onde podem ter a sua pequena horta e onde podem adquirir terrenos para mais tarde os filhos morarem por perto. Assim, estas situações de marginalidade retiram o título de propriedade, aspiração que está muitas vezes na origem do próprio fenómeno.

Esta vontade de individualização da casa reflete-se na sua formalização. Muitas vezes existem acessos exteriores de modo a permitir circuitos independentes a diferentes zonas da casa, que podem ou não pertencer a diferentes famílias. É importante entender uma mentalidade onde a casa é a mais

importante representação socioeconômica da família. A casa enquanto objeto representa a minha "imagem social". Nos edifícios de habitação coletiva essa representação é sentida apenas no interior e por pequenos apontamentos no exterior da casa. Na habitação unifamiliar essa representação é muito mais sentida. No caso das AUGI essa relação família/casa ainda é acentuada por não haver regras a cumprir, isto é, cada pessoa constrói a casa da forma que melhor a representa. A casa tem que se adaptar à pessoa e vice-versa como se fosse uma roupa (Jorge, 2007, p.94). Na situação das AUGI's essa adaptação é muito maior e muito menos forçada, na comparação apresentada seria um fato feito à medida.

Com isto, a partir da casa, essas pessoas procuraram reconstituir alguma da vivência que tinham nas suas terras natal. Contudo as pessoas que construíram estas casas envelheceram e os velhos hábitos perderam-se e, por isso, o Bairro do Casal Novo hoje apresenta-se como um lugar de raras relações sociais de vizinhança, sem uma identidade própria e desadequado às necessidades atuais.

Figura 2,3 e 4: Entradas independentes no Bairro do Casal Novo



Fonte: Fotografia da autora

4 O BAIRRO DO CASAL NOVO NA CIDADE

Figura 5: Localização do Bairro do Casal Novo



Fonte: Google Maps

A situação do Bairro na cidade é periférica sobre a própria periferia de Lisboa, caracterizando-se por uma indefinição entre o rural e o urbano. Corresponde perfeitamente à definição de periferia dada pela Comissão das Comunidades Europeias em 1990: ausência de vida pública, carência de cultura, monotonia visual e tempo desperdiçado em transportes; e ainda, na definição de Francesc Candel “a periferia é onde a cidade perde o seu nome” (Bohigas,2004, p.120). Estas são características que marcam o Bairro do Casal Novo, inserindo-se, assim, no conceito de “Cidade Difusa” de Francesco Indovina.

Tendo em conta esta caracterização, o que se procura são formas de fazer cidade onde já existe habitação. Para isso, entende-se que uma cidade tem que ser percebida como tal, e para isso necessita de uma identidade. A clarificação e classificação dos itinerários e da presença estratégica de monumentos e serviços ajudam na criação dessa identidade do lugar (Bohigas,2004, p.127). Assim sendo, entende-se que os espaços públicos, sejam eles abertos ou fechados, são fundamentais para este objetivo.

Neste ponto, coloca-se uma questão relativa aos conceitos de espaço público e espaço de uso coletivo. Falar apenas de espaço público pareceu limitado para os objetivos. Por esta razão, o termo utilizado no âmbito desta pesquisa é espaço de uso coletivo, conceito que Manuel de Solá-Morales defende ser o mais apropriado para falar das cidades contemporâneas onde a vida pública passa a ser

feita não só nos espaços de administração pública mas também nos espaços privados, que dada a sua utilização são vistos como se fossem públicos e onde acontecem muitos dos encontros e trocas antes típicos e restritos aos espaços públicos. A adoção deste conceito é importante pois obriga a novas visões sobre a cidade e seus espaços, e sobre os limites do público e do privado. Obriga também a um especial cuidado no desenho destes espaços, abertos e fechados, pois ao comportarem algumas das funções antes destinadas apenas ao espaço público, ganham parte da importância anteriormente remetida somente a estes últimos. Esta visão de prolongamento do espaço público para o interior de alguns edifícios importantes na cidade não é recente. Exemplo disso é a planta de Roma desenhada por Giambattista Nolli, em 1748, na qual distingue os cheios dos vazios, incluindo o interior das igrejas nos vazios por serem vistos como espaços de uso coletivo.

Figura 6,7 e 8: Contrastes do Bairro do Casal Novo



Fonte: Fotografias da autora

5 ESPAÇOS DE USO COLETIVO

Hoje em dia no Bairro do Casal Novo os espaços de uso coletivo existentes limitam-se a ruas e alguns cafés que desempenham a função de espaços de sociabilidade. Da observação do bairro depreende-se que, embora exista muito pouco cuidado no desenho do espaço público por se tratar de uma AUGI, é possível observar um especial cuidado no desenho das ruas. A partir do seu desenho confere-se um carácter semi-privado a algumas ruas, interferindo na percepção da morfologia dos quarteirões do bairro.

As ruas são elementos fundamentais da cidade. É o elemento que alia duas funções importantes do espaço urbano: a informação e a acessibilidade. Alguns autores como Jacobs, Bohigas e Santos defendem o carácter diverso e multifuncional da rua. *“O bairro, e sem dúvida tantas partes dele quantas possíveis, há-de cumprir mais de uma função primária. Estas devem garantir a presença de pessoas fora dos seus respectivos lares, em diferentes circunstâncias e por motivos diferentes, mas dispostas a usar em comum uma ampla gama de serviços”* (Jacobs, 1973, p.63). Reduzir essa complexidade

funcional e social da rua é anular um dos primeiros fatores de urbanidade. (Bohigas,2004, p.130) Contudo, esse carácter não é conseguido apenas a partir do desenho, depende também do uso que as pessoas lhe conferem. “*É verdade que o constatar de isto (que a rua é o que a nossa competência de cidadãos permite que ela seja em um determinado momento) coloca a caracterização de todos os elementos urbanos à mercê da capacidade discriminatória dos cidadãos..., impedindo que o planejador, à partida, possa fixar com segurança um destino para os dispositivos que o seu plano prevê.*” (Jorge, 2007, p.82)

Existe uma relação íntima e mútua entre a rua e o edificado. “*A rua é determinada pelos edifícios, mas o carácter dos edifícios é também determinado pela rua*” (Jorge, 2007, p.82). Assim sendo, no Bairro do Casal Novo, por se tratar de um bairro essencialmente residencial, a rua adquire muitas vezes um carácter de continuação da casa ao contrário de outras partes da cidade nas quais a relação rua/casa é de profunda oposição em funções e significados. “*A casa pode equacionar-se com o público, e a rua com o privado, embora, à primeira vista, isso possa parecer paradoxal.*” (Santos,1985, p.95).

No bairro analisado por Carlos Nelson dos Santos no seu livro “*Quando a rua vira casa. Apropriação de espaços de Uso Coletivo em um centro de Bairro*” a situação é semelhante. O objeto de estudo é a vivência de um bairro tradicional do Rio de Janeiro comparado com um bairro moderno. Aí observa a apropriação da rua e de alguns lugares como bares, lojas e outros, nos quais os limites do público e privado tornam-se tênues. Assim, apresenta situações em que as definições de casa e espaço coletivo trocam ou misturam as suas conotações de íntimo/impessoal, informal/formal. Neste bairro há uma apropriação da rua com cadeiras, fogueiras, jogos e os passeios ganham um carácter não de passagem, mas de extensão da casa. Estas atitudes revelam uma dinâmica social semelhante à que já existiu no Bairro do Casal Novo e da qual hoje ainda há alguns indícios. Quando se fala de casa, fala-se numa esfera social de família e amigos chegados, os “da” casa (Santos, 1985,p.80). Assim, quando a casa é estendida para a rua assume-se uma postura de proximidade entre os moradores, um conceito de vizinhança como uma grande família. Por sua vez, também há espaços de uso coletivo como cafés, associações, onde, dadas as relações sociais que aí se dão, o utilizador pode sentir-se “em casa” (Santos,1985, p.80). São estas vivências que se pretende recuperar no Bairro do Casal Novo.

Neste ponto, já é possível estabelecer alguns princípios para a intervenção no bairro do Casal Novo, incluindo o desenho das ruas como lugares entre outras coisas de estadia. Diz-se entre outras coisas, pois a função de acessibilidade não deve ser desprezada. Ter pessoas a andar nas ruas a servirem-se delas para ir de um ponto a outro é importante. Muitas vezes as caminhadas destinadas a afazeres funcionais acabam por se tornar passeios de lazer, é o momento em que a pessoa se põe em contacto com o universo social do bairro que se apresenta quase como um espetáculo a ser assistido

por quem nas ruas caminha (Santos,1985). Quanto maior for a relação do transeunte com o bairro, mais atento ele estará aos acontecimentos sociais que se dão no seu caminho. “A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo” (Santos,1985, p.83).

A mistura de funções e significados que os espaços adquirem, o facto de que “o que é casa de uma perspectiva pode ser rua de outra” (Santos,1985,p.85), e que mesmo as ruas são diferentes entre si, e cada uma delas diferente de si mesmo pelas circunstâncias temporais, é um contraponto a parte da visão modernista. Nesta visão procura-se que os espaços sejam unívocos, especializados o que muitas vezes resulta numa correspondência a uma só vivência.

A acentuação do carácter da rua é essencial para o redesenho do bairro bem como criar espaços próprios de sociabilidade que sejam permissíveis de contaminar a partir da própria rua.

Figura 10: Desenho das ruas



Fonte: Livro Quando a rua vira casa. Apropriação de espaços de Uso Coletivo em um centro de Bairro de Carlos Nelson dos Santos

6 ÁREAS DE GÊNESE ILEGAL NO BRASIL - UM LABORATÓRIO DE ESTRATÉGIAS URBANAS

Figura 11: Rocinha, 2013



Fonte: Fotografia da autora

Após a Segunda Guerra Mundial e as mudanças mundiais da época, criou-se uma separação entre a casa e o indivíduo, que antes não existia. (Benetti, 2013, p.14) Assim, hoje em dia com o crescimento da população, principalmente das camadas mais pobres, existe um número enorme de pessoas sem casa ou em situações precárias, provisórias ou marginais.

Neste ponto propõe-se um estudo de um caso de referência que é o caso das favelas do Rio de Janeiro. O Brasil é um país onde a segregação espacial nas cidades é um fator extremamente marcante. Dada esta situação e o reconhecimento mundial da mesma, foram tomadas medidas para reverter a situação. A desigualdade social brasileira reflete-se na cidade pela formação de favelas e o Brasil tornou-se um laboratório de estratégias urbanas para lidar com áreas urbanas de gênese ilegal.

Sobre as favelas o que interessa, nesta situação, não é tanto estudar a sua formação histórica, nem tão pouco estabelecer uma comparação como o objeto de projeto que é o Bairro do Casal Novo, pois as realidades socioculturais e econômicas das duas situações e das duas cidades em causa são bastante díspares. O propósito deste caso de referência é o estudo do percurso de formas de olhar e de projectar sobre estas áreas da cidade, aprendendo com seus resultados sejam eles positivos ou negativos.

Embora desde muito cedo a história do Brasil seja marcada pelas suas grandes diferenças sociais, mais tarde formalizada na imagem das favelas, só nos anos 50 começaram a crescer os movimentos de associações de moradores, que nos anos 70 foram apoiados pelas instituições religiosas. Contudo, durante o período da ditadura militar, de 1964 a 1985, eram difíceis as intervenções destes

grupos pelo que só ganharam força após o seu término. Foi aí, em 1988, que foram inseridos dois capítulos na Constituição, pela primeira vez, dedicados à política urbana (Friendly, 2013). Apesar disso, as diferenças sociais, a segregação sócio-espacial e o crescimento de áreas sem um plano aumentaram, tal como aumentou a população a viver em cidades.

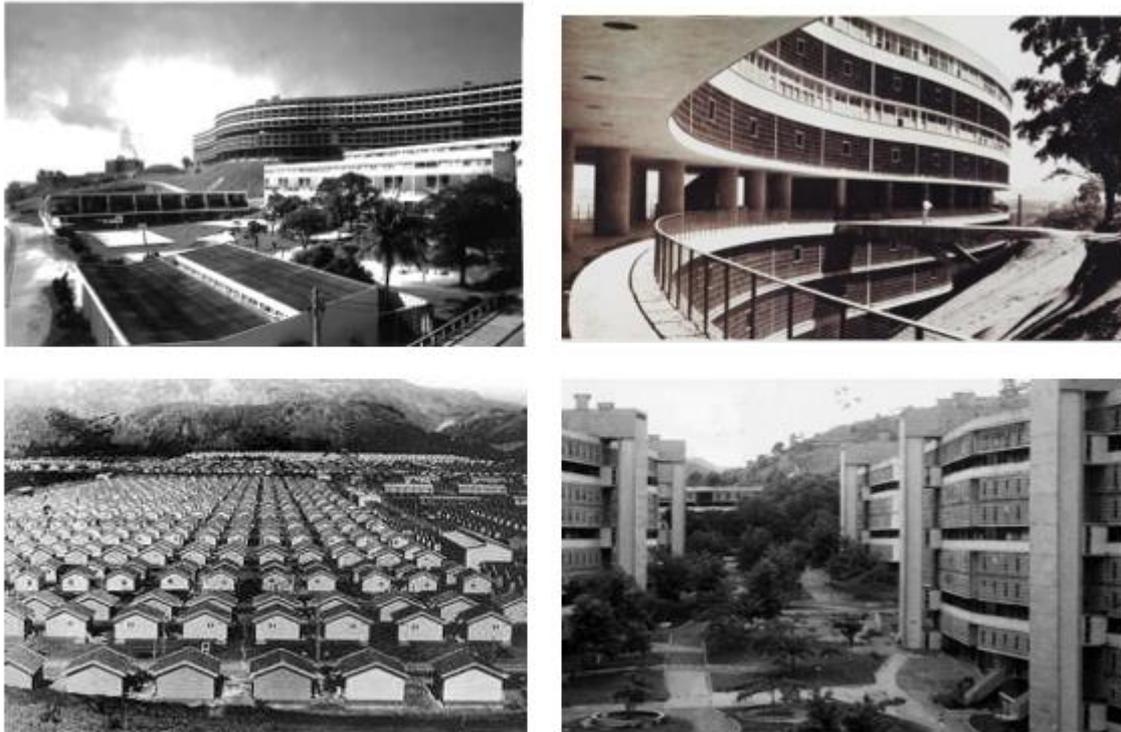
Este contexto peculiar colocou o Brasil sob a atenção internacional principalmente nos últimos anos após ter sido nomeado para receber dois grandes eventos: a copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Assim, tornou-se um “laboratório” de estratégias urbanas e um exemplo para outros países. Esta consciência da situação do país levou à inclusão do Direito à Cidade, conceito defendido por Henri Lefebvre, na lei brasileira. O conceito de Direito à Cidade da Constituição brasileira difere do de Henri Lefebvre e do adotado pelos movimentos populares que o reclamavam. Para este estudo o que interessa é o da constituição brasileira e esse pretende “garantir o direito a cidades sustentáveis, compreendido como o direito a solo urbano, casa, saneamento, infraestruturas, transportes e serviços públicos, trabalho e lazer para as presentes e futuras gerações” (Artigo Segundo do Estatuto da Cidade).

Interessa, então, perceber como estes objetivos para a cidade foram implementados, pelo que se vai focar o estudo nas estratégias urbanas da cidade do Rio de Janeiro. As primeiras propostas propunham a demolição das favelas paralelamente à construção de habitação social. Os projetos desta fase caracterizam-se por serem de baixa qualidade e, na maioria das vezes, em áreas periféricas da cidade. Essa tendência alterou-se com o *Edifício Pedregulho* de Affonso Eduardo Reidy e Carmen Portinho, de 1948. O desenho de um edifício de qualidade arquitetónica que oferece não só habitação como desenha cidade, modificou a visão sobre a habitação social. Contudo, com a ditadura, as obras do Banco Nacional da Habitação (BNH) foram precárias e sem sentido de urbanidade, procurando fazer mais, ainda que de menor qualidade.

O projecto *Cafundá* da equipa de Sérgio Magalhães, do final dos anos 70, reflete já uma crítica ao que foi feito anteriormente bem como ao pensamento moderno. Tal como outros autores já citados, esta equipa critica o zoneamento funcional, especialmente para situações de uma população carente com difícil acesso a transportes. Por outro lado, retomam a ideia de Reidy de que o projecto deve oferecer mais do que habitação, e que habitar é toda a actividade social.

Contudo o problema da habitação estava longe de ser resolvido. Em primeiro lugar, os projetos não estavam a dar resposta às necessidades de toda a população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1960 44.6% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, já em 2010 esse número passou para 84.3%. Ainda segundo os mesmos dados, em 2010, 6% dos brasileiros moravam em favelas. Em segundo lugar, os projetos “não são formulados – até pela própria escala de intervenção – como programas de construção de cidade” (Benetti,2013, p.57). E por último as favelas tornam-se cada vez mais, maiores e mais consolidadas.

Figura 12: Edifício Pedregulho ; Figura 13: Edifício Pedregulho; Figura 14: Vila Kenedy 1965; Figura 15: Projecto Cafundá



Fonte: EAD/PUCV; Fonte: Nabil Bonduki; Fonte: EAD/PUCV;
 Fonte:<http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/08/19/megaestruturas-o-futuro-do-passado/>

A nova visão sobre esta questão nos anos 90 assume-a como um problema urbano, e o urbano passa a ter uma função social a partir do Estatuto da Cidade. À luz dos novos conceitos de cidade diversa, a ideia de remoção perde apoio. É, lentamente, substituída por um reconhecimento das favelas como formas legítimas de habitação, se dado o apoio infraestrutural necessário. Inaugura-se uma nova forma de agir, uma nova estratégia de aceitação das favelas, algo completamente inaceitável uns anos antes. Com isso, os projetos passam a preocupar-se com fazer cidade onde já existe habitação. Procura-se “levar a essas áreas residenciais existentes, dimensões urbanas sob a forma de equipamentos urbanos (creches, postos de saúde, etc.) ou pela introdução de valores urbanos inexistentes nesses territórios até ao momento” (Benetti, 2013, p.59). É neste contexto que nasce o programa *Favela-Bairro*. Este programa não tem como objetivo principal a construção de habitação mas a oferta de cidade a lugares de precária urbanidade. As intervenções deste programa propõem equipamentos e melhoria nas infraestruturas sustentando-se no conceito de “acupuntura urbana” de Jamie Lerner. “Conceitos como a permeabilidade, o contacto entre a favela e bairro, criação de espaços coletivos de encontro caracterizam a maioria das propostas e projetos do Favela-Bairro” (Benetti, 2013, p.63).

Figura 16: Favela do Vidigal, 2013



Fonte: Fotografia da autora

Apesar do caráter promissor deste programa e de ter apresentado uma melhoria no paradigma da altura, o distanciamento no tempo e a observação dos resultados obtidos permite já a formulação de algumas críticas ao programa. Uma delas recai sobre o facto de apesar do programa ser articulado com outros que ofereciam habitação essa não era suficiente para a demanda. Ainda mais crítica se tornou a situação quando foi criado o programa *Minha Casa, Minha Vida* que voltava a cometer erros anteriores, áreas apenas habitacionais e de baixa qualidade. Enquanto se procurava colmatar a falta de urbanização num lugar criava-se noutro. Outra das críticas refere-se ao facto de o programa utilizar os moldes da cidade formal para intervir na favela. Isto é, não houve uma adaptação do desenho às necessidades específicas do lugar e da população, muito menos uma procura de valorização das características deste. O conceito de cidade diversa ficou pela aceitação da favela como um lugar da cidade e não se fez sentir nas intervenções. Por isto, e por uma falta de cuidado do Estado na manutenção e conservação, muitas das intervenções acabaram por ficar degradadas e inutilizadas. Esse acontecimento foi, obviamente, exponenciado pelo facto das favelas serem tomadas pela violência. Se, por exemplo, uma nova praça é tomada por milícias, essa não será utilizada pela população.

Tudo isto levou à reformulação do pensamento relativo às favelas. Acreditando que a arquitetura não muda necessariamente sociedades e que apenas sim pode mostrar e potenciar novas formas de olhar e de habitar, percebe-se que da aceitação das favelas como parte da cidade à sua integração sócio-espacial, vai um grande passo que não remete apenas ao urbanismo. Esta é a grande alteração de paradigma que pretende o programa *Morar Carioca*.

Este programa promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil pretende olhar para a questão das favelas tomando em consideração o seu contexto na morfologia da cidade e não como elementos

isolados, aumentando assim as escalas de trabalho. Por esta razão, um dos primeiros passos foi a inclusão do desenho das favelas na cartografia. Por outro lado, começa-se a olhar a situação não só como uma questão de projecto urbano mas como uma questão social. Este engajamento com a situação é fundamental. Assim, o programa Morar Carioca junta profissionais de diferentes áreas para reflectirem e discutirem o futuro das favelas, promove a pacificação das mesmas, incentiva as atividades educativas e culturais associando-se a ONG's e formações populares. Outra questão elementar é a compreensão que existe uma política própria na favela, as regras são diferentes da cidade dita formal. A existência de um enorme “neo-proletariado” informal é representativa dessa diferença. Também a cultura é diferente. Já há muito o funk descia das favelas e chegava à elite carioca, contudo quando foi considerado património cultural da cidade do Rio de Janeiro é que passou a ser clara a sua dimensão. O funk antes associado ao tráfico, marginalizado/estigmatizado e, por vezes até proibido, foi considerado património cultural, analogamente, as favelas enquanto partes da cidade precisam de encontrar esse caminho. É necessário uma mudança de mentalidade das populações e é nessa direção que a arquitetura deve levar.

Na questão do desenho adaptado ao lugar é essencial, e também um dos objetivos deste programa, a participação da população. Uma participação real nas questões fundamentais e não apenas em “cosmética”. (Arantes, 2008) Este apontamento de Arantes está relacionado com intervenções que estão a ser criticadas, como a construção do teleférico no Complexo do Alemão, que é muito mais uma atração turística do que um dispositivo útil na vida dos moradores. E embora faça com que muita gente de fora visite o Alemão nunca passa de um passeio superficial, quase como a uma Disneylândia, por isso não potencia uma real integração social.

Existe ainda uma corrente de acontecimentos paralela a esta que é importante referir, que são os fenómenos de autogestão promovidos pela Usina, um coletivo de arquitetura autogestionário. Os seus projetos são exemplos da participação da população pois neste caso ela é o interveniente principal em todas as fases do projeto desde a conceção, à angariação de fundos e à construção. Nestes projetos é evidente a vontade da população na criação de espaços de uso colectivo. Por exemplo, no projeto Associação União da Juta na Fazenda da Juta em São Paulo foi construída uma creche, uma padaria comunitária, uma capela, uma biblioteca e salas para formações.

Assim, a experiência do Brasil mostra que para uma inclusão urbana é necessário uma inclusão social e vice-versa, pelo que, as duas “disciplinas” devem avançar em paralelo. Aceitar a ideia de cidade diversa deve estar presente no desenho, pelo que é necessário um estudo da população e das suas necessidades, em vez de se partir de estereótipos do lugar ou de se desenhar homogeneamente pela cidade. Mostra ainda que existem particularidades de cada lugar e cada parte da cidade que devem ser preservadas e até, quando o caso, enaltecidas.

Figura 17: Teleférico do Complexo do Alemão



Fonte: Fotografia da autora

7 CONCLUSÃO

Com este estudo percebeu-se que as AUGI's são áreas muito particulares da Área Metropolitana de Lisboa e que merecem a atenção tanto do poder público e do ordenamento do território como de projetos de arquitetura. A ideia de cidade e periferias dispersas são, de fato, criticáveis e devem ser evitadas. Contudo estes assentamentos já têm tamanha consolidação que não podem ser ignorados. A sua reconversão não é suficiente para criar as condições para habitar, entendendo que lugar para habitar é mais do que o lugar onde existe a casa.

Tendo em conta que se trata de um território muito particular, entendeu-se a necessidade de estudá-lo, sabendo porque leis os seus espaços se regem, e que relações os seus habitantes têm com os lugares. É importante descobrir quais são os lugares que adquirem o papel de espaço de uso coletivo e que características têm, de modo a saber o que o desenho de um novo espaço dessa tipologia deve procurar.

O exemplo do caso brasileiro mostra-nos um percurso com o qual se deve aprender com os erros e conquistas. Continuar a criar estes bairros-dormitório deve ser uma das primeiras coisas a evitar. Melhorar os existentes vem a seguir na ordem de tarefas. É um exemplo também na consciencialização do Direito à Cidade. Tão importante ou mais do que o direito à habitação é o Direito à Cidade e isso deve ser tido em conta não só no desenho de uma unidade da cidade como o Bairro do Casal Novo, mas também no estabelecimento de ligações com as outras partes. A cidade é isso, a junção de várias partes como um todo, por isso não deve ser exclusiva a preocupação de melhorar o bairro em si mas também as suas conexões com o exterior.

Figura 18: Vidigal



Fonte: Fotografia da autora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aranes, P. 2008. *O Lugar da Arquitetura num “Planeta de Favelas”*, Porto, Dafne Editora.

Benetti, P. 2013. *Habitação Social e Cidade*, Rio de Janeiro, Rio Books.

Bohigas, O. 2004. *Contra la incontinencia urbana, reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*, Barcelona, Electa.

Direção Geral do Ordenamento do Território 1987. *Encontro sobre Construção Clandestina (I)*, Lisboa, DGOT.

Friendly, A. 2013. *The right to the city* [Em linha], Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14649357.2013.783098> [Consult. 28 de Setembro de 2013]

Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro 2012. *Cidade Integrada I, II e III*, Rio de Janeiro, IAB-RJ.

Jacobs, J. 1973. *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades Norte-Americanas*, Madrid, Península.

Jorge, G. 2007. *Lugares em Teoria*, Lisboa, Caleidoscópio.

Jorge, S. 2010. *Da produção à qualificação do espaço urbano de génese ilegal, o caso da freguesia de Unhos em Loures*, Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Santos, C. N. 1985. *Quando a rua vira casa. Apropriação de espaços de Uso Coletivo em um centro de Bairro*, São Paulo, IBAM/FINEP Editora Projeto